



JEFFERSON RUDY/MMA

Bastião da esperança

Saiba como 300 famílias de agricultores tornaram possível um modelo sustentável de agricultura no arco de desflorestamento da Amazônia

FOTOS VINÍCIUS CARVALHO

VINÍCIUS CARVALHO
De Alta Floresta (MT)

Na região que abriga o município mato-grossense de Alta Floresta, território por onde se alastram pastos, patas de boi e os maiores índices de devastação da floresta amazônica no último ano, um naco de esperança germina pelo trabalho da Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia (Cooperagrepa), que reúne 300 famílias de agricultores dedicados à produção de alimentos orgânicos. São frutas, hortaliças, rapadura, açúcar mascavo, melado, café, leite, queijo e castanhas. As vendas, mesmo pequenas, já alcançam a Itália e a Áustria, assim como a merenda escolar de 24 mil crianças da região.

REUNIÃO 00 núcleo de produção de agroextrativistas na Copperagrepa



A experiência é decisiva, já que o avanço da agropecuária é hoje o principal motor da devastação. Segundo dados do IBGE, a Amazônia Legal já responde por quase 40% da produção de carne e soja do país. Para especialistas ouvidos pela JB Ecológico, a lógica da devastação vem crescendo nos últimos anos em função da pressão das monoculturas, como a soja e a cana-de-açúcar, que vêm ocupando os espaços da pecuária no Centro-Oeste e empurrando o gado em direção à floresta. Segundo o Levantamento Sistemático de Produção Agrícola do IBGE, o número de cabeças de gado na região da Amazônia Legal dobrou nos últimos dez anos, passando de 37 milhões em 1996 para 73 milhões em 2006, um crescimento três vezes maior que a média nacional.

Formada em 2003 por colonos que vieram há décadas para o norte de Mato Grosso, a cooperativa produz cerca de 500 toneladas de alimentos por ano nos municípios Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Matupá, Guarantã do Norte, Novo Mundo, Carlinda, Alta Floresta, Nova Santa Helena e Marcelândia, na divisa do Mato Grosso com o Pará. A experiência baseia-se em Núcleos de Produção descentralizados, com pequenas e médias agroindústrias, e na certificação dos produtos, que são colhidos, processados e embalados na própria região. Lá, o gado é usado para fabricar queijos e leite orgânico.

"O importante é que esse desafio de mudar a paisagem do Portal da Amazônia é hoje também um diferencial de mercado. A gente trabalha junto às comunidades, na conscientização do valor dos produtos não-madeireiros e na importância da preservação da floresta para o equilíbrio ecológico", explica o presidente da Cooperagrepa, Domingos Jari Vargas. A estratégia, diz, mostra que é possível fazer mais dinheiro com o novo modelo do que reproduzindo as práticas convencionais. Enquanto em 2005 o total comercializado rendeu R\$ 15 mil aos agricultores, a expectativa do grupo é movimentar este ano R\$ 1 milhão em vendas, valor que deve dobrar em 2009. A renda média de cada família, que deixou de usar agroquímicos e atear fogo nas proprieda-

Histórias amazônicas (I)

OLIVEIRA COELHO DE ALENCAR

De agricultor a garimpeiro, de sem-terra a extrativista. Quem olha de perto a trajetória de Oliveira Coelho de Alencar, 58 anos, logo percebe o porquê do apelido de Acelerado. "Eu, minha malinha e esse mundão de Deus não esperamos hora não", brinca. Proprietário de um sítio de um alqueire na zona rural de Novo Mundo, Alencar aportou na região há um ano para virar agro-extrativista de castanha do Brasil. Recém-chegado do acampamento dos Sem-Terra localizado no município, ele é um dos oito produtores envolvidos na Agroindústria de castanha da Cooperagrepa, que já colhe 24 toneladas do fruto. "Nós viemos para produzir grãos, até porque na nossa cabeça isso (extrativismo) era coisa de índio. Agora veja você: viramos extrativistas e hoje dependemos do meio-ambiente dar certo".

O ímpeto itinerante de Alencar afforou no sertão pernambucano de Uirucuri, quando tinha 18 anos. Após mais um período de seca que "comeu de vez" a produção da família, ele sequer teve tempo de se despedir de todos os 14 irmãos antes de pegar um ônibus para o Paraná. De lá vinham notícias dos primos, dando conta de prosperidade nos cafezais espalhados pela outra ponta do país. "Foi só aventura", lembra.

Alencar permaneceu no Estado por 12 anos, quando teve notícia de "outras prosperidades" em Campo Grande (MS). Mal chegou e tomou conhecimento dos garimpos nascentes na região de Alta Floresta, no norte de Mato Grosso. "Não pensei duas vezes e peguei um ônibus com o que as mãos podiam carregar", diz. Dali foram 20 anos até ver exauridas as jazidas de ouro e a chance de enriquecer num golpe de sorte. Neste tempo, lembra, não havia notícias de "meio ambiente e isso de sustentabilidade" na fronteira com a floresta amazônica.

Na nova rotina, a preservação foi incorporada ao vocabulário diário. Como a devastação chegou antes, a coleta das castanhas, iniciada pela cooperativa em 2002, teve de se dar fora das terras dos agricultores, em áreas de reserva legal de grandes propriedades privadas. "Hoje os fazendeiros querem cobrar 40% do rendimento nosso e os peões das fazendas ainda têm que ficar acompanhando a gente o tempo todo. A gente quer catar uma castanha e eles não deixam, mas desmatar pode", ironiza.

O trabalho, garante, exige dedicação. "A gente entra no mato, acampa na beira d'água e fica uns 20 dias. Nesse tempo, cinco pessoas carregam uns 4 mil kg de castanha nas costas. Só aguenta cabra que tem coragem", diz. Com vistas a colher as próprias castanhas, Alencar e os agricultores da Cooperagrepa apostam agora na implementação de Sistemas Agro-Florestais.

Integrando espécies nativas e comerciais, eles reforestarão 20 alqueires com ipês, tekas, jatobás e castanheiras, além de maracujá, banana, cupuaçu, graviola, caju, pupunha, abacaxi, amendoim, feijão e mamão. Como as castanheiras levam seis anos para dar os primeiros frutos, a ideia é esperar a colheita com cultivos anuais integrados às árvores nativas, de modo a extrair até lá rendimentos do reforestamento.

"O negócio é assim: a gente enxuga a castanha, deixa curar, manda pra cuia e dá o choque térmico. Depois é só descascar e pronto. A castanha inteira sai por R\$ 15 o quilo e a quebrada por R\$ 10", explica. Medo mesmo Alencar tem é do fogo que se alastra todos os anos para limpar as pastagens das grandes fazendas vizinhas. "Nossa vida é isso aí. A gente não queima mais, mas tem fazendeiro grande que já queimou a terra três meses seguidos aqui e nada do Ibama encostar nele. Será que os olhos brasileiros não veem isso?"



**PARA OLIVEIRA, os brasileiros
não querem enxergar as queimadas**

Histórias amazônicas (II)

JOSÉ RUFINO

Produtor de orgânicos, o agricultor José Rufino Santana, 38 anos, mal se lembra da viagem que lhe trouxe do interior do Paraná para Alta Floresta. Ele tinha apenas 11 anos quando o pai, também cafeicultor, veio com ele e os cinco irmãos "no furo de terra barata". Era então o início do ciclo do café, que foi progressivamente tomado pelas pastagens diante das oscilações de preço dos produtos agrícolas na região. "Cheguei a limpar 120 mil sacas de café. Hoje não dá 15 mil. Há sete anos, o quilo era negociado a R\$ 2,30. Um ano depois, o preço despencou para R\$ 0,70. Quem consegue viver assim? O preço da carne é que não cai", explica.

A preocupação de Rufino encontra respaldo em estudo realizado por universidades do Brasil, Canadá, Equador, Peru e Estados Unidos, com financiamento da National Science Foundation (NSF), que buscou identificar as principais razões da expansão da pecuária ao longo do arco de desflorestamento da Amazônia. Foram ouvidos 75 pequenos produtores, fazendeiros, comerciantes e representantes do setor agroindustrial (matadouros e laticínios). Para 95% deles, o retorno seguro, apesar de pequeno, é uma das principais vantagens da pecuária e justifica que os grandes e pequenos produtores a escolham como primeira fonte de poupança. Essa vantagem contrasta com o fraco retorno dos produtos agrícolas, tanto das culturas anuais como das culturas perenes.

"E isso não vale só pro café não. Eu mesmo cheguei a produzir 50 sacas de feijão. Vendi a R\$ 120 num ano e no outro deu só R\$ 20. Aí o que acontece é que, nessa hora, os grandes atropelam os pequenos", diz.

Rufino fala com experiência de sobra. Há dois meses, ele vive no pátio da cooperativa que preside após ter que vender as próprias terras. "Era coisinha pouca que entrou numa herança e não tinha como dividir. Éramos seis irmãos e ficavam só 3 hectares pra cada um", conta. O sossego só é preservado porque ele sabe que as terras na região ainda são muito baratas. "Um alqueire aqui não passa de R\$ 6 mil. Se fosse comprar no Paraná, tem lugar que a mesma terra custa dez vezes mais", calcula.

Agricultor técnico da Cooperagrepa, Rufino é responsável por partilhar com os 15 produtores do Núcleo de Café da cooperativa o que aprende em suas "andanças" pelo país. Já foram visitas técnicas à Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Ceará e Distrito Federal, onde aprendeu como apostar na produção orgânica e a certificar a produção, sem uso de agroquímicos e fogo para "limpar" a terra.

O grupo quer agora torrar o café na própria região, agregando valor à produção, e implementar sistemas agroflorestais. A decisão, explica, encontra razão até no aquecimento global. "Aqui a gente tem sempre de aprender. Quando meu pai chegou, ele trouxe café lá de Minas, que não pegou por causa do calor daqui. Agora a seca está aumentado e a chuva chegando cada vez mais tarde. Por isso a gente precisa apostar ainda mais na agrofloresta, até para proteger o café do calor". O problema, explica, é convencer os gerentes de banco desta nova aposta. "O pequeno que quer fazer tudo direitinho no meio ambiente, como a gente, não consegue financiamento no banco não. O grande que destrói, esse consegue", diz.

FOTOS VINÍCIUS CARVALHO

RUFINO: preservando a natureza sem apoio financeiro



dês para "limpar" a terra, saltou de três para 4,5 salários mínimos mensais.

"O projeto de produção de orgânicos da Cooperagrepa mostra que é possível um novo modelo no Arco da Amazônia, que é hoje uma vitrine para o Brasil e para o mundo. Cada vez mais os consumidores tendem a procurar produtos saudáveis e sustentáveis e eles estão aproveitando esta tendência", diz o gerente da unidade de Agronegócios do Sebrae Nacional, Juarez de Paula.

A preocupação tem lugar se tomados os números da devastação. Nos quatro primeiros meses de 2008, o desmatamento em Mato Grosso totalizou 248 quilômetros quadrados, segundo dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon. Um aumento de cerca de 117% se comparado com o mesmo período de 2007. A grande maioria (86%) da devastação ocorreu em propriedades privadas no norte de Mato Grosso, enquanto o restante aconteceu nos Assentamentos de Reforma Agrária.

Os membros da cooperativa, que conseguiram a certificação dos seus produtos pela Ecocert Brasil, investem agora na certificação FLOCert, destinada a empresas e instituições que atuam com o comércio justo. "Já temos muito mais pedidos do que nossa capacidade de atendê-los", comemora Vargas. Segundo ele, a saída para o desenvolvimento sustentável na região passa pela diversificação de culturas, o uso de novas tecnologias e a adoção de sistemas agroflorestais (SAFs), que começarão a ser implementados pela cooperativa este ano.

"Os SAFs trazem todos os conceitos que a gente precisa em termos de prática. Ele garante, ao mesmo tempo, uma diversidade da produção e um aprendizado de como a natureza se reproduz e se organiza", diz. Os sistemas serão compostos com ipês, tekas, jatobás e castanheiras, além de maracujá, banana, cupuacu, graviola, caju, pupunha, abacaxi, amendoim, feijão e mamão. Como as castanheiras levam seis anos para dar os primeiros frutos, a idéia é esperar a colheita com cultivos anuais integrados às árvores nativas, de modo a extrair até lá rendimentos do reflorestamento.

Um pedaço da história A coopera

grepa é formada por colonos oriundos de todo o país. Segundo contas do Atlas geográfico de Mato Grosso, pelo menos 400 mil habitantes de Mato Grosso vieram de

Histórias amazônicas (III)

ARI PICCINI

O agricultor Ari Piccini, de 58 anos, ainda se lembra bem da noite em que tomou a decisão de deixar a pequena propriedade que tinha, em Santa Catarina, para se aventurar na colonização do norte do Mato Grosso. Era 1988, ano de promulgação da Constituição e de índices avassaladores de inflação. "Caiu uma tempestade que assolou a produção e me aborreceu de uma vez. A situação estava muito difícil e me perguntei: Será que eu consigo?" Como tantos outros colonos, Ari recebeu a dica de um irmão que se lançou antes na empreitada amazônica. A mulher e a filha de dois anos vieram de ônibus. Ele e o filho de quatro anos vieram no caminhão de mudança, que venceu em quatro dias os mais de 3 mil km de viagem.

"Chegamos aqui e era só mata, malária e garimpo. Nós mesmos tivemos que furar as estradas. Só não passamos apertados no início porque tinha tatu e paca à vontade", diz. A promessa, lembra, era de terras baratas e chance de recomeçar. Hoje, Ari produz 600 kg de fruta e polpa por mês em sua fazenda de 21 alqueires, no município de Terra Nova do Norte. A produção é orgânica e dispensa o uso de agroquímicos e fogo para limpar a terra, mas nem sempre foi assim. Na sua primeira safra em território amazônico, ele tentou reproduzir na nova propriedade as mesmas culturas e sistemas de produção que praticava em Santa Catarina. Depois de aprender a instabilidade do negócio na região de clima tropical, viu na proliferação do gado uma chance de ganhar estabilidade. Percebeu que a pecuária "se acertava mais" para os grandes criadores e só então decidiu pelas frutas, incluindo as nativas.

"Estou contente. Tá vendo esses oito alqueires de mata aqui? Vou fazer uma agrofloresta e encher de cupuaçu, açaí, mangaba e itaperebá. Vai demorar? Vai sim, mas vai dar retorno sem desmatar e pôr fogo em nada". A opção pelo sistema agroflorestal, conta Ari, foi um lance de sorte. A decisão de desmatar a área, já tomada, foi sendo adiada por conta do preço alto pela hora do aluguel do trator. Enquanto esperava, é que soube que podia fazer o uso sustentável da área. "A gente não sabia como é que fazia. Ai eu ouvi falar, fui ver e gostei. Como é que pode mudar desse jeito, né? Às vezes eu paro e penso e vejo: estou virando extrativista", brinca.

Odair, de 17 anos, e André (19), filhos de Ari, dizem que nem pensam em deixar a propriedade do pai, onde ajudam a plantar maracujá, graviola, cupuaçu, acerola, itaperebá, açaí, bacaba, manga, buriti, murici, uvaia, marombá, caju e jabuticaba, além de ensacar a polpa para suco. A produção é vendida nos supermercados e lanchonetes da cidade, o que representa um rendimento líquido médio para a família de R\$ 2.500. Das sete famílias que acompanharam Ari na jornada, apenas a sua persistiu na região. "Hoje defendemos o meio ambiente porque chegou informação e porque dá pra viver preservando, mas tem muita gente que não sabe nada disso não", explica.

outros Estados, sobretudo do sul e sudeste. A grande maioria, explica Vargas, veio no esteio de programas de colonização públicos e privados pela via de incentivos fiscais e creditícios. O objetivo principal deste movimento, catalisado pelos governos militares ao longo dos anos 70, dentro da política de integração nacional, era frear o êxodo rural e reorientar, para a Amazônia, o fluxo que se dirigia para as grandes metrópoles do Sudeste, assim como diminuir as tensões provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no sul do País.

"Não há como pensar uma estratégia de desenvolvimento para a região sem considerar o tamanho desta colonização", alerta. Assim é que o Centro Norte de Mato Grosso, onde está o Portal da Amazônia, foi "dividido" nos anos 70 entre três sociedades (Colider, Indeco e Sinop) que implantaram programas privados de colonização baseados na construção de estradas e novas cidades. Cada uma dessas sociedades constituiu-se na motivação maior para a origem dos principais centros urbanos do Norte do Mato Grosso, respectivamente Colider, Alta Floresta e Sinop, cujo nome da cidade não é mais do que a sigla da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop).

De acordo com a geógrafa Luciana Teixeira, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, enquanto a agricultura mecanizada dirigiu-se para os chapadões areníticos revestidos de cerrado, os pecuaristas e agricultores pobres dirigiram-se às áreas de floresta. Em pouco tempo, as áreas desmatadas para a agricultura eram transformadas em pastagens. Para os pequenos agricultores, que não tinham condições de repor os nutrientes do solo, o desmatamento da área e a substituição da mata por pastagem foram sempre a alternativa mais rápida para valorizar suas terras. Para o latifundiário, o desmatamento e a implantação da pecuária extensiva foi a forma encontrada para garantir a legitimação jurídica da propriedade.

"A colonização foi quase um transplante e trouxe o mesmo modelo das terras de onde vieram, que era abrir área e limpar a terra. Não podemos culpar estes agricultores, até porque naquela época a mentalidade era essa e a maioria não tinha consciência dos efeitos deste modelo para a região e para o planeta. Hoje temos esse conhecimento", diz Vargas. ■

